

O anjo sobrevoou a cidade às 12.00-12.27 (hora solar). Era louro e de asas vermelhas e tinha um belo rosto triangular em nada semelhante ao dos querubins de igreja. Planou em lentas e tranquilas curvas por cima dos arranha-céus e das praias que contornavam a cidade, percorrendo-os com a sua sombra.

Foi escrito: a aparição teve lugar ao sétimo dia de um mês sobre todos radioso e na linha do zénite, sol a prumo. Exacta e inolvidável, exactíssima, pôs em alvoroço as multidões de banhistas que formigavam no areal (aquela era a estação do sol e da festa do corpo) e suspendeu o trânsito nas avenidas da beira-mar, vogando, vogando sempre.

De súbito imobilizou-se, como que numa hesitação. E nesse instante percebeu-se que as asas rubras se tinham rasgado e que delas se levantavam farrapos como labaredas a ondular ao vento, e logo, veloz, cada vez mais veloz, a aparição alada despenhou-se das alturas celestiais, batida pelo sol louco do meio-dia, e veio estatelar-se nuns rochedos do litoral conhecidos por Ponta do Arpoador. Um anjo cego, houve quem declarasse. Outros, os banhistas que o viram passar a caminho dos rochedos fatais, afirmaram que trazia uns olhos brancos de mensageiro suicida. Olhos brancos?

Os jornais recusaram-se a aceitar essa versão apócrifa, essa lenda repentina (na verdade a figura caída dos céus não tinha rosto mas uma massa indecifrável de cabelos de ouro e vermelho sangue). Isso não impediu que alguém lançasse a notícia de que seria verde e não branco esse olhar, verde de facto, emerald green, confirmou à televisão um perito de medicina legal, descrevendo (e mostrando) o verdadeiro retrato da vítima, já então referenciada como um voador de asa-delta, Roberto

Waldir Lozano de seu nome, cidadão natural de Água-Santa, vinte e seis anos, casado e com domicílio na Rua Barão da Torre, Ipanema, Rio de Janeiro, RJ. De acordo com o comunicado da Polícia, a identificação teria sido feita a partir do Clube Internacional de Voo Livre onde estava inscrito o planador vermelho e logo referenciada a ficha cadastral do malogrado indivíduo. Lá estava, lá aparecia nos écrans dos televisores a descrição de Lozano: entre os sinais particulares, assinalava o cabelo louro e os olhos verdes, «olhos verdes, emerald green», insistia a voz do entrevistado, «verde veronèse, na designação francesa», uma cor, bem conhecida dos pintores, que se obtém pela combinação do arseniato com o acetato de cobre. Tratava-se da mais venenosa de todas as cores, começou a explicar o entrevistado, mas nessa altura já o écran era percorrido pela aparição voadora a planar muito serena sobre o Alto Juá, em imagens de acaso filmadas por um turista japonês. E logo depois cenas da recolha do cadáver nos rochedos da Ponta do Arpoador: em primeiro plano, seios soltos, coxas nuas, corpos bronzeados de banhistas curiosas a fazerem círculo à volta dum amontoado confuso de carne e de destroços. Uma foto a seguir, um rosto impessoal a aumentar, aumentar, até cobrir o écran, uma legenda a deslizar, Roberto---Wal---dir---ar---qui---vo--- e, de frente para os espectadores, o tal olhar que era ao mesmo tempo solar e solitário, a imagem da infância que perdura. Informações da Polícia punham de sobreaviso contra as especulações dos costumados exploradores da credence popular, tais como a venda de amuletos e de falsas relíquias do cadáver, romagens ao local do acidente, etcétera; à noite os rochedos do Arpoador apareciam constelados de velas acesas e de fumos simbólicos a despontarem frente ao mar. Efectivamente, estava-se desde já em presença duma tentativa de manipulação das consciências a que as autoridades e a Igreja não podiam ser indiferentes, comunicou o repórter do telejornal passando o microfone a um sacerdote da Acção Social.

Efectivamente. Efectivamente, disse o padre. O mistério Lozano configurava-se num acidente de características bem definidas e incontestáveis. Mas era também um motivo de reflexão. Efectivamente, ele representava o castigo da vaidade de Ícaro transposta dos mitos antiquíssimos para as realidades do nosso tempo, sim, representava a expiação da vertigem de luxos, prazeres e devassidões em que vivia uma certa sociedade. Por sua vez (imagem seguinte) o doutor delegado, no seu gabinete da Polícia, afirmava que esse tal de Lozano caíra do céu por determinação de interesses ocultos ainda por apurar. Indiscutível.

Disso estava ciente, mas não queria antecipar. De concreto, sabia-se que a vítima fora atingida por dois disparos de arma de fogo no tórax e na região abdominal, depois de terem perfurado as asas do aparelho, sendo de admitir que o matador ou matadores a tivessem alvejado do terraço dum arranha-céus.

Foi tudo. Alguém assassinado em pleno voo perante uma cidade de milhões de habitantes, mas porquê, e por que poderes, e vindo donde, de que mundos, senhores. Todas estas dúvidas causavam apreensão e desorientavam. Natural, por isso, que tivessem começado a circular as mais desconstruídas versões e, entre essas, uma que apontava, como assassino, certo cabra cearense em visita à cidade do Rio de Janeiro — Boca Braba, assim chamado.

Boca Braba. O nome dizia tudo. Boca Braba, viúvo e peão rural, que um jornalista fora localizar, a tremer de assustamento, num barraco de gafeira. Nascera e medrara nos serrados de Cratéus, encostas de Ibiapaba, e viera pela primeira vez à capital carioca, tendo-se alojado em casa dum parente de sangue e de lugar que exercia a profissão de moço de açougue no Matadouro Municipal. E passeando-se ambos nesse domingo pelo Morro do Cantagalo, aconteceu-lhe ver passar, muito alto e em direcção ao mar, uma estranha forma alada transportando nas garras um corpo humano. O que de imediato deixou Boca Braba em tal assombro que nem pensou duas vezes e, sentindo a compaixão e a urgência a ordená-lo, puxou do cospe-fogo que sempre o acompanhava. Disparou; e com tal certeza e felicidade o fez que a aparição logo se destroçou no ar no próprio instante. «Compadre», dissera ele guardando a arma, «pássaro que era não sei, mas lá que largou o home tenho certo.»

A versão tinha a inocência e o destemor das sagas sertanejas e como tal perdeu. Foi repetida como verdade-e-acontecido nos botequins e nas favelas e mesmo depois de desmentida pelas indicações das balas assassinas, perdeu. Perdeu, até, para lá da evidência.

Veio um deputado federal que disse: a Opinião e a Justiça não podem ser perturbadas pela ignorância e pela superstição; e um monge de São Domingos foi-se às velas que todas as noites iluminavam os rochedos onde o corpo se despenhara e excomungou-as. E veio também um delegado que disse que a Polícia podia assegurar que a vítima era indivíduo de vida incerta com ligações marginais. E um jornalista da noite que confirmou. E um playboy que repetiu. «Roberto Waldir Lozano suspeito de prostituição», registaram os autos.

Só então o Anjo Suicida ou Anjo Vermelho (como lhe chamavam as folhas populares) se começou a revelar à luz do dia na sua exacta proporção: a de um mercenário do corpo, alguém que, seduzido pela vida fácil, teria explorado um ou mais homens pervertidos que habitavam os paraísos do mundanismo e do dinheiro. Tudo levava a concluir que a vítima tivesse sido abatida por motivos passionais, era o parecer do delegado a quem coube reconstituir os factos.

Dito delegado, esse, que se apostou em seguir todos os trilhos da investigação, mesmo os mais árduos. Ele descobrira: o planador asa-delta onde morrera Waldir pertencia a Sérgio Martim Kieser de Mello, «Guta», delfim da indústria e conhecido recordista de voo desportivo com quem a vítima tivera uma relação parece que recente. A partir daí as portas iam-se fechando mas as investigações prosseguiram.

Esse foi o momento em que o rosto esfacelado entre o mar e o meio-dia começou a recompor-se à luz do passado, já sem legenda, já sem fulgor. O momento branco da suspensão. O momento, também, em que, algures num barraco do Morro da Viúva, uma negra de bom coração se debruçou sobre um menino de três anos que dormia e que era louro e de olhar verde, a repetição fiel do rosto estatelado na praia. Ela, a negra, pôs-lhe sete gotas de azeite santo na testa.

Porém, enquanto isto, já muito distante dali, em Ipanema, uma outra mulher, esta jovem e portuguesa, rasgava todos os retratos e memórias de Waldir que havia no apartamento onde morava, apagando-lhe para sempre o perfil de bem-amado. Para sempre, não. Nunca o conseguiria: embora naquele momento lhe fosse impossível admitir, jamais pela vida fora se veria livre da imagem dele. E logo nessa noite a vieram buscar para reconhecer o cadáver destroçado; e a levaram para ser ouvida, entre polícias e de passaporte na mão, e declarada como Maria Alexandra, secretária de empresa, solteira e natural de Lisboa; e contraditada; e repetida acerca do dia e do lugar em que conhecera Waldir e desde quando viviam juntos, o que acontecera, se a memória não lhe falhava, pouco depois de ele ter abandonado o lugar de chauffeur da Administração da firma Alpha Linn (Brasil) Publicidade SA., onde Alexandra, a declarante, exercia o cargo de especialista de marketing.

Mais lhe perguntaram pela outra mulher, a legítima e natural. A que estava retida no Reformatório de Santa Efigénia, sabia? No registo cadastral figurava como Neusa Paloma e como Neusa Moreira Lozano, nome oficial, casada e natural de Água-Santa, actualmente a cumprir pena por tráfico de droga, latrocínio e falsificação, como era por certo

do conhecimento da ali declarante Alexandra. Ignorava? Claro que não ignorava, havia até um filho do casal à guarda duma ama por mandato do juiz, essas coisas estavam devidamente documentadas. Ou eram novidade para ela?

Alexandra baixou os olhos, sabia.

Bem, muito bem. A Polícia pôs-se a desfolhar o passaporte, como que lendo, e por cima de carimbos e datas quis mais pormenores, precisões: o porquê da sua vinda para o Brasil e o seu passado em Portugal; seus princípios de família, seus salários; qual a vida que fazia com o falecido e quais os mundos que partilhavam. E com mais perguntas e insistências ficou declarado em substância que a declarante, se bem que pessoa de instrução e de nível social elevado, coabitava (coabitar era o termo, não havia outro) coabitava, disse-se, com um indivíduo sem crédito social nem ocupação conhecida além daquela que exercera na empresa Alpha Linn à data em que Alexandra o conhecera. Por fim, lavrado que foi o auto, assinado e testemunhado de acordo com as disposições legais, mandaram-na em paz, não se impedindo porém de lamentar a sorte da criança que a vítima tinha deixado. Disseram: «Mãe na cadeia, pai no caixão, quem paga agora a conta da ama?»

Alexandra retirou-se para o seu apartamento de Ipanema mas não para se meditar de erros ou de arrependimentos, antes para sepultar de vez a memória do bem-amado.

Estava ela assim, e já no seu barraco de favela a preta de bom coração estendia o olhar para longe, chamada por uma ideia. Descalça e despenteada, degolou uma galinha e pôs-se a soletrar o sangue espalhado na terra batida. Leu, sentada no chão à beira do menino adormecido, abanando a cabeça compassadamente e rezando gemidos. Com o dedo do pé riscava sinais, com as mãos sacudia nuvens de espíritos que se adensavam à volta dela. Depois, já sossegada, foi-se à criança, lavou-a em água de cheiros e, tomando-a pela mão, desceu a babilónia de gaiolas onde morava e que estava sobrevoada por papagaios de papel de todas as cores.

Não era noite nem era dia quando a preta entrou nas avenidas do comércio e dos carros uivantes. Ipanema, bairro dos ricos, dos bares e das noites festivas, Rua Barão da Torre. A certa porta deteve-se de nariz levantado, farejando a brisa que vinha do mar por entre os prédios. Farejou, farejou. Depois, apertando a mão que conduzia o menino, ela e ele subiram de elevador até às alturas, levados por um traço de som.